



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 05M1

Direito Civil,
Processual Civil e
Agrário



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa**Another view on representations and warranties**

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

Em relação a prazos e aos institutos da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002, considere as quatro proposições abaixo:

- I. A prescrição alcança os direitos de exigir uma prestação, enquanto a decadência, em regra, atinge os direitos potestativos.
- II. A prescrição está sujeita a causas de suspensão e de impedimento, enquanto a decadência não pode ser suspensão, impedida ou interrompida.
- III. Em regra, a decadência convencional não pode ser pronunciada de ofício, pelo magistrado.
- IV. Quando a lei assinala a anulabilidade de certo negócio jurídico, sem estabelecer prazo, este será de dois anos, a contar da conclusão do ato.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I e III estão corretas.

52

No que concerne às formas de extinção dos contratos, a precisão terminológica indica que

- (A) a rescisão ocorre quando se reconhece a culpa de um dos contratantes pelo inadimplemento contratual.
- (B) a resolução se dá em virtude de pronunciamento judicial, com eficácia *sit et in quantum*.
- (C) a resolução pode ser revocatória, na forma de denúncia, unilateral ou bilateral.
- (D) a rescisão, termo usado originariamente para as modalidades judiciais de terminação do contrato, hoje é palavra reservada às hipóteses em que o pacto é extinto pelo acordo de vontade.
- (E) a rescisão pode ser unilateral ou bilateral.

53

Considere um contrato verbal de locação, celebrado em 2007, pelo prazo de 5 anos, tendo como objeto um imóvel situado fora do perímetro urbano, com o fito de exploração de café e restaurante. Assinale a proposição correta:

- (A) Esse contrato é de imóvel rústico, submetido ou às regras do Código Civil, ou ao Estatuto da Terra.
- (B) O contrato é nulo quanto ao prazo, pois o ajuste por cinco anos pressupõe, legalmente, a forma escrita.
- (C) A locação é predial urbana, e o locatário não dispõe de ação renovatória.
- (D) O locatário dispõe de ação renovatória, e o prazo decadencial finda-se no dia anterior ao início do semestre final do contrato.
- (E) O contrato é de locação predial rural, e é controversa a possibilidade de uso da renovatória.

54

Quanto à aquisição de imóvel através da usucapião, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de modalidade derivada de aquisição, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A aquisição, uma vez consumada, retroage seus efeitos ao início da ocupação possessória, vale dizer, produz efeitos *ex tunc*.
- (C) A posse sem oposição é descaracterizada se terceiro moveu ação contra o possuidor, discutindo a posse, ainda que o pedido tenha sido julgado improcedente, desde que a citação tenha sido pessoal.
- (D) Na modalidade especial rural não se admite a usucapião alegada em defesa.
- (E) Não há restrição para que pessoa jurídica estrangeira possa usucapir terras rurais.

55

Em 1989, um indivíduo adquiriu terreno, já edificado. A matrícula do imóvel indica ser o bem alodial, e assim ele sempre fora antes negociado. Em 2010, a União Federal conclui procedimento demarcatório, através de citação por edital de todos os interessados, e agora cobra taxa de ocupação, pois se diz a proprietária, já que o imóvel está em área que é terreno acrescido de marinha. À luz do sistema do registro imobiliário e conforme consolidado pelo STJ em regime de julgamento de recurso repetitivo

- (A) não é mais viável à União Federal contestar o registro imobiliário, diante do tempo decorrido e da boa fé objetiva (*supressio*).
- (B) legitima-se a taxa de ocupação, independentemente do teor do registro, pois o imóvel foi adquirido posteriormente à Constituição Federal de 1988, que a autoriza no Ato das Disposições Transitórias.
- (C) o teor do registro imobiliário não inibe a regularização dos bens públicos e a consequente cobrança, mas quem consta como proprietário pode exigir o devido processo legal (por exemplo: notificação pessoal para o procedimento).
- (D) o indivíduo prejudicado, no caso, quando menos já terá usucapido o domínio útil do bem, independentemente da questão do registro, de modo que não é viável cobrar pela ocupação.
- (E) o procedimento demarcatório seguiu a forma prevista em lei, mas a União Federal não pode cobrar taxa de ocupação, e sim foro, reduzido em 17%.

56

Na responsabilidade civil por ato de terceiro, estatuída no Código de 2002, é correto dizer que

- (A) o sistema é de responsabilidade subjetiva, com presunção relativa de culpa.
- (B) se o filho foi emancipado, os pais já não podem ser responsabilizados por ato do descendente.
- (C) a responsabilidade dos patrões, pelos atos de seus empregados, assenta-se no risco do negócio, e apenas excepcionalmente admite o direito de regresso.
- (D) em regra, a responsabilidade por ato de terceiro pode ser afastada se elidida a culpa *in eligendo* ou a culpa *in vigilando*, mas a prova há de ser cabal e inequívoca.
- (E) quem indeniza o dano causado por outrem tem, em regra, ação regressiva contra esse terceiro, mas a lei exclui essa possibilidade se o dano foi causado por incapaz, descendente do indenizador.

57

Mévia deve a quantia de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) a Caio, Tício e Sinfrônio. O débito refere-se a aluguéis atrasados, oriundos de contrato de locação predial urbana, ainda em vigor. O ajuste é omissivo sobre serem ou não os credores solidários. Perto da data da nova mensalidade, Caio resolve perdoar toda a dívida pretérita de Mévia e, após jantar com a devedora, assina, com ela, o documento liberatório. Os outros locadores, furiosos, não concordam. Sobre o fato narrado, assinale a alternativa correta:

- (A) A remissão é válida, mas Caio responderá aos outros credores pela cota de cada qual.
- (B) A remissão é válida até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil), e nula no restante, pois não ocorreu o assentimento de todos os locadores.
- (C) O perdão não é oponível aos locadores que não assentiram, de modo que estes – caso não recebam suas cotas – podem promover o despejo por falta de pagamento, respeitado o limite da fração não liquidada.
- (D) O perdão não é oponível aos locadores que não assentiram, mas estes apenas podem cobrar as suas cotas (da inquilina ou de Caio), sem que possam promover o despejo por falta de pagamento, já que o imóvel é indivisível.
- (E) A remissão é anulável, e sua eficácia subsiste até que impugnada, pelos meios legais, pelos locadores que não assentiram.

58

Maria casou-se com Caio, em setembro de 2010, pelo regime da comunhão universal de bens. Após o matrimônio, descobriu que o marido há muito era viciado em drogas, tinha amantes e dívidas em um prostíbulo, e agenciava Bingo clandestino. Decepcionada e deprimida, Maria, que contava 42 anos de idade, comete suicídio em 2011. Em relação à única filha de Maria, de anterior matrimônio, assinale a opção correta, considerando a data de hoje.

- (A) Ela pode aforar e obter a anulação do matrimônio, desde que o faça antes de setembro de 2012 (prazo decadencial).
- (B) Embora a decadência não tenha ocorrido, a ação de anulação do casamento, por erro essencial, apenas pode ser intentada pelo próprio cônjuge, e se não o foi não pode a filha fazê-lo.
- (C) A ação de anulação do matrimônio, por erro essencial, é personalíssima, e o prazo varia entre seis meses a três anos, conforme a causa.
- (D) A jurisprudência consolidou a possibilidade de o herdeiro, provado o interesse econômico ou moral, intentar ele mesmo a ação de anulação do matrimônio, em casos nos quais ocorreu o falecimento do cônjuge prejudicado. O prazo é de 3 anos, e no caso ainda não fluíu.
- (E) Controverte-se sobre ser ou não personalíssima a ação anulatória de casamento, mas o prazo decadencial já está esgotado, diante das causas elencadas.

59

Em relação ao direito sucessório brasileiro, analise as assertivas abaixo:

- I. A indignidade e a deserdação são sanções civis – ambas impositivas a herdeiros e legatários – que podem variar da exclusão à diminuição do quinhão hereditário.
- II. Os pródigos não possuem capacidade testamentária ativa.
- III. No sistema brasileiro, os legados nascem sempre do testamento, e não se admite a figura do legado nascido diretamente da lei.
- IV. A pena de sonegados diz respeito aos herdeiros legitimários, e depende da propositura de ação própria, para que seja confirmada.
- V. Segundo a orientação dominante, não virão à colação gastos com a educação dos descendentes, ainda que maiores, e doações de bens móveis de pequeno valor, assim considerados os que não excedam à vigésima parte da herança líquida.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estão erradas.
- (B) se apenas as afirmativas III e V estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) se apenas uma afirmativa está correta.

60

Sobre o Direito Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal tem se orientado no sentido de não mais admitir a prisão civil do depositário infiel, mas, em relação à alienação fiduciária o tema ainda gera dissensão nos órgãos de aplicação da lei.
- (B) Os direitos reais são, em regra, previstos diretamente na lei; entre as exceções está a multipropriedade imobiliária.
- (C) A ocupação é, no direito brasileiro, forma de aquisição da propriedade própria do regime dos bens móveis.
- (D) O Código Civil disciplina o direito de construir sob a ótica administrativa, já que a ótica da vizinhança é de peculiar interesse local, desaguando em inúmeros conflitos de competência.
- (E) No penhor mercantil e no penhor industrial a tradição do objeto é, em regra, necessária.

61

Caio, Mévio e Sinfrônio devem a Maria a quantia de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais), em caráter solidário. Internamente, as cotas de cada devedor são equivalentes. O débito não é honrado na data aprazada e, dois anos depois, a credora está preocupada com a fluência da prescrição (que é de cinco anos), e com outros aspectos de seu vínculo obrigacional. Assinale a assertiva correta:

- (A) Caso Caio viaje ao exterior, a serviço do Brasil, a prescrição é suspensão, mas apenas em relação a ele.
- (B) Na hipótese de Mévio falecer, deixando dois herdeiros, cada qual é considerado, em relação à credora, e dentro das forças da herança, como um devedor solidário.
- (C) Eventual interrupção da prescrição, operada contra um dos devedores, se estenderá contra os demais.
- (D) Se Maria perdoar Sinfrônio, isso não a inibe de cobrar a totalidade do crédito contra qualquer dos dois devedores remanescentes.
- (E) Se Maria casar com um dos devedores, pelo regime da comunhão universal, opera-se a confusão total do crédito.

62

O uso ou posse temporária da terra por meio de arrendamento e parceria constituem-se através de contratos agrários celebrados entre o proprietário e aquele que nela exerça qualquer atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista. Para os contratos existentes antes do Decreto 59.566, de 14 de novembro de 1966, ficou estabelecido que

- (A) os contratos na modalidade escrita puderam aguardar a sua renovação para adaptação ao Decreto, mas o mesmo não se aplicou nas hipóteses de contratos verbais, cuja adaptação tivera que ser imediata.
- (B) para os contratos escritos ou verbais que vigiam, não se exigiu a adaptação e o ajustamento ao Decreto até que fossem renovados, em respeito ao direito adquirido que impedia a retroatividade da lei.
- (C) por determinação expressa, os contratos ainda não findos deveriam ser adequados ao Decreto sob pena de nulidade, diante do efeito imediato e geral inerentes às leis em vigor.
- (D) em respeito ao direito adquirido, os contratos escritos ou verbais poderiam ser renovados sem adaptação aos novos requisitos, já que a nova lei não pode violar o ato jurídico perfeito e o direito adquirido.
- (E) por se tratar de matéria de ordem pública, o ajustamento dos contratos escritos ou verbais em vigor teve que ser imediato, mesmo sem expressa determinação legal, diante da indisponibilidade do direito de interesse público.

63

A desapropriação deve ser precedida e fundada em uma necessidade pública. No Direito Romano, o ato do Estado em desapropriar bens imóveis ou mesmo móveis ditos de primeira necessidade, como os grãos, considerava a inviolabilidade da propriedade e por isso permitia a devida indenização. A respeito da temática no direito contemporâneo, assinale a opção **INCORRETA**:

- (A) A indenização ao desapropriado por interesse social aplicável ao imóvel rural deve ser prévia e justa, e o pagamento pode ser feito por meio de Títulos da Dívida Agrária resgatáveis no prazo de até vinte anos.
- (B) A propriedade produtiva, em regra, não está suscetível à desapropriação para fins de reforma agrária, salvo se, ainda que pequena ou média propriedade rural, deixar de atender à função social.
- (C) Serão indenizadas em dinheiro as benfeitorias úteis e necessárias no caso de desapropriação por interesse social aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social.
- (D) A ação de desapropriação para fins de reforma agrária deverá obedecer procedimento especial de rito sumário, podendo o juiz considerar, inclusive, pesquisa de mercado para fixar o *quantum* indenizatório.
- (E) Proposta a ação, a citação do expropriando poderá ser feita por qualquer das formas previstas no Código de Processo Civil, inclusive por meio de carta com aviso de recebimento.

64

Analise as seguintes afirmativas a respeito do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

- I. Os documentos para fins cadastrais expedidos pelo INCRA fazem prova da propriedade e dos direitos a ela relativos.
- II. As isenções de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural conferidas às áreas reflorestadas com essências nativas serão disciplinadas por normas baixadas pelo INCRA.
- III. Compreende os Cadastros de Imóveis Rurais, de Proprietário e Detentores, Arrendatários e Parceiros Rurais, de Terras Públicas e Nacional de Florestas Públicas.

Assinale

- (A) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se a afirmativa III for a única correta.

65

A legislação vigente determina que, para usucapir, o requerente deve possuir como sua área de terra em zona rural

- (A) por cinco anos ininterruptos, não se admitindo hipótese de suspensão ou interrupção da prescrição.
- (B) de até cinquenta hectares, desde que não seja Faixa de Fronteira, e admite-se que o interessado seja estrangeiro.
- (C) e, por isso, não se admite acrescentar ao tempo da posse exigido por lei a exercida pelos seus antecessores, mesmo que contínuas.
- (D) respeitado o prazo de cinco anos ininterruptos também para imóveis públicos, e que possua a área sem oposição.
- (E) fixando nela sua morada permanente e de sua família, não havendo necessidade de comprovação de tê-la tornado produtiva.

66

A respeito do arrendamento de prédio rural, é correto afirmar que

- (A) se distingue da parceria já que naquele o malogro da colheita afeta somente o arrendatário agricultor, e não o proprietário.
- (B) se trata de contrato visando à produção de frutos em benefício do arrendador, não se admitindo que o arrendatário obtenha lucro.
- (C) em caso de malogro da colheita pode o arrendatário impor ao proprietário arrendador abate no preço do arrendamento, já que há comunhão de riscos.
- (D) nos contratos por prazo determinado cessa de pleno direito ao final do período estipulado, mesmo que ainda não tenha sido ultimada a colheita.
- (E) cabe ao arrendatário, durante a vigência do contrato, pagar taxas e impostos que incidam sobre o imóvel, e fazer obras e reparos necessários ao mesmo.

67

Considerando o regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, analise as afirmativas abaixo e assinale a única correta:

- (A) Os atos que tenham por objetivo o domínio, posse ou ocupação de terras habitadas por índios ou comunidades indígenas serão declarados nulos, restando ao interessado pleitear indenização contra a União.
- (B) Constituem o patrimônio indígena os bens móveis ou imóveis adquiridos a qualquer título e as terras de exclusiva posse do índio, individualmente considerada.
- (C) Nas áreas indígenas, cabe aos silvícolas, com exclusividade, a exploração das riquezas do solo, executando garimpagem, faiscação e cata das referidas áreas.
- (D) As terras indígenas são inusucapíveis não podendo sobre elas recair desapropriação, nem mesmo que para fins de realização de obras públicas, mas podem ser objeto de arrendamento.
- (E) Medidas judiciais que envolvam interesses de silvícolas ou do Patrimônio Indígena são insuscetíveis em qualquer hipótese, de concessão de medida liminar ou outras medidas de urgência.

68

Quanto à sistemática recursal, em nosso vigente ordenamento processual, assinale a alternativa que corresponde a uma assertiva **INCORRETA**:

- (A) Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de 40 (quarenta) dias.
- (B) Julgados improcedentes os embargos à ação monitória, caberá apelação, a qual será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo.
- (C) Se, mesmo quando cabível a interposição de embargos infringentes, o interessado quedar-se inerte, a parte unânime do acórdão poderá ser objeto de recurso para os tribunais superiores, tendo como dia de início do prazo aquele em que transitar em julgado o capítulo da decisão por maioria de votos.
- (D) Vindo o autor a interpor recurso de apelação contra a sentença liminar de total improcedência, calcada no preenchimento dos requisitos previstos no artigo 285-A do Código de Processo Civil, poderá o juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, reformar sua decisão.
- (E) É vedada, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes, quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito.

69

Como regra, integram o processo apenas as partes diretamente interessadas no litígio, denominadas "partes da demanda". Contudo, em algumas hipóteses expressamente autorizadas pelo legislador, outras pessoas podem vir a participar da demanda. Tais pessoas recebem a denominação genérica de "terceiros". Nessa diretriz, assinale a alternativa correta no que concerne à sistemática da intervenção de terceiros em nosso direito processual civil:

- (A) A oposição oferecida depois de iniciada a audiência seguirá o procedimento ordinário, podendo o juiz, todavia, sobrestar o andamento do processo principal por prazo nunca superior a 60 (sessenta) dias.
- (B) A obrigação alimentícia em favor do idoso é solidária, podendo o devedor demandado denunciar à lide os demais.
- (C) Nas ações de rito sumário e nos juizados especiais não se admite a intervenção de terceiros, salvo o recurso de terceiro prejudicado, a assistência e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- (D) Na ação de alimentos proposta pelo neto em face dos avós maternos, estes respondem proporcionalmente às suas possibilidades, podendo chamar ao processo os avós paternos, se assim desejarem.
- (E) Oferecida a oposição, formar-se-á um litisconsórcio necessário unitário entre as partes do processo em curso (opostos) contra as quais litiga o oponente.

70

O Brasil tem primado, nos últimos anos, pela construção de um sofisticado sistema de proteção dos direitos transindividuais. Primeiramente com a Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e, posteriormente, com diversas outras, dentre as quais se destaca a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), foi sendo consolidada a estrutura normativa desse novo campo do direito processual. O art. 81, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seus incisos, as três modalidades de direitos transindividuais, a saber: difusos, coletivos e individuais homogêneos. No que se refere aos direitos difusos, é correto afirmar que

- (A) os órgãos públicos legitimados para propor a ação civil pública poderão instaurar inquérito civil e tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais.
- (B) em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.
- (C) a sentença que julgue improcedente o pedido contido na ação civil pública fará sempre coisa julgada *erga omnes*, sendo vedado a qualquer legitimado intentar outra ação com idêntico fundamento.
- (D) decorridos 6 (seis) meses do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público.
- (E) a ação civil pública tem por objetivo a proteção do meio ambiente e do consumidor, bem como questões que envolvam a ordem urbanística, tributos e bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

71

Em matéria de competência, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) compete aos juízes federais processar e julgar as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no país, cabendo recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) a nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará da competência para o juízo do domicílio do réu.
- (C) poderá o exequente, no cumprimento de sentença, optar por promover a fase executiva perante o juízo que processou a causa, perante o juízo do domicílio do executado ou onde se encontrem bens do devedor.
- (D) a ação de atentado será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.
- (E) distribuir-se-á por dependência a causa quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento do mérito, for reiterado o pedido, salvo se realizado em litisconsórcio com outros autores.

72

Acerca da ação rescisória, é correto afirmar que

- (A) o prazo de 02 (dois) anos para o ajuizamento da ação rescisória, previsto no artigo 495 do CPC, é decadencial e, portanto, flui, inclusive, contra os relativamente incapazes.
- (B) é possível a concessão de tutela cautelar mas não de medida antecipatória, salvo em favor da Fazenda Pública.
- (C) na ação rescisória fundada em violação de literal disposição de lei, o mérito do recurso especial interposto contra o acórdão nela proferido deve limitar-se aos fundamentos do acórdão recorrido, não podendo adentrar nas razões do acórdão rescindendo.
- (D) a ação rescisória não é o meio eficaz para impugnar sentença homologatória de inventário no qual há interesse de incapaz.
- (E) a falta de citação de litisconsorte passivo necessário em processo que resultou em sentença de mérito com trânsito em julgado autoriza a ação rescisória.

73

Alex ajuizou ação de cobrança em face de Bernardo, Carlos e Daniel, a fim de receber seu crédito no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), alegando que celebrou contrato de prestação de serviços de restauração da fachada do imóvel dos réus, tendo estes se obrigado solidariamente a pagar a referida quantia e, mesmo após concluída a obra, não honraram a obrigação assumida. Recebida a inicial, a citação postal restou frustrada. Bernardo e Carlos foram citados pessoalmente em cartório. Transcorridos 30 (trinta) dias, sem que estes tivessem apresentado sua resposta, o autor requereu a desistência do feito em relação a Daniel, ainda não citado. Diante disso, assinale a resposta correta:

- (A) O juiz não poderá excluí-lo por se tratar de litisconsórcio passivo necessário.
- (B) O juiz somente poderá excluí-lo se houver a anuência dos demais réus.
- (C) O juiz homologará a desistência quanto a Daniel e decretará a revelia de Bernardo e Carlos, proferindo sentença.
- (D) O juiz homologará a desistência, intimando Bernardo e Carlos desta decisão, correndo o prazo deles para resposta a partir daí.
- (E) O juiz deverá decretar a revelia de Bernardo e Carlos e intimar o autor a especificar as provas que pretende produzir.

74

Sobre o atual regime dos embargos do devedor, assinale a alternativa correta:

- (A) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar, contar-se-á a partir da juntada aos autos do último mandado citatório, salvo se forem cônjuges.
- (B) Nas execuções por carta precatória, o prazo para o oferecimento de embargos conta-se a partir da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida.
- (C) A concessão de efeito suspensivo aos embargos do devedor não impede a efetivação dos atos de penhora e de avaliação de bens.
- (D) Cabem embargos de retenção por benfeitorias para impedir o cumprimento de sentença transitada em julgado que julgou procedente a ação de reintegração de posse, desde que seja o possuidor de boa-fé e tenha realizado benfeitorias.
- (E) No prazo para embargos do devedor, este poderá requerer a moratória, mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, requerendo seja admitido a pagar o restante em até 05 (cinco) parcelas mensais, acrescidas de juros de 1% ao mês.

75

A que órgão compete a resolução de um conflito negativo de competência entre um Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo e uma Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro?

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Turma Recursal.
- (D) Turma de Uniformização.
- (E) Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

76

Um juiz, num procedimento comum, pelo rito ordinário, recebe a petição inicial e afirma, textualmente, no despacho liminar, que estão presentes as condições para o regular exercício do direito de ação. Dois meses mais tarde, na audiência preliminar de que trata o art. 331 do CPC, frustrado o acordo, esse mesmo julgador profere despacho saneador, reafirmando que todos os requisitos da demanda foram devidamente preenchidos. Mais dois meses se passam, e ao término da audiência de instrução e julgamento, tendo sido já apresentadas todas as provas, por ambas as partes, e ofertados os memoriais, o mesmo magistrado profere sentença terminativa, extinguindo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso VI (falta de condição da ação). O autor, inconformado, apela da decisão. O Tribunal, ao julgar o recurso, deverá

- (A) dar provimento ao apelo, sob o fundamento que se operou, no caso, a preclusão *pro judicato* (preclusão para o juiz) o que impede o magistrado de modificar de ofício decisão não impugnada pelas partes. Nesta hipótese, o Tribunal cassa a Sentença e determina que o magistrado profira outra, adentrando ao mérito.
- (B) dar provimento ao apelo, sob o fundamento que se operou, no caso, a preclusão *pro judicato* (preclusão para o juiz) o que impede o magistrado de modificar de ofício decisão não impugnada pelas partes. Nesta hipótese, o Tribunal aplica o § 3º do art. 515, e julga desde logo a lide.
- (C) negar provimento ao apelo, eis que as condições para o regular exercício do direito de ação devem ser examinadas pelo magistrado, de acordo com a prova produzida em audiência de instrução e julgamento. Neste caso, o Tribunal só poderia reformar a sentença caso se configurasse o erro no julgamento, ou seja, a má apreciação da prova.
- (D) negar provimento ao apelo, pois o exame das condições para o regular exercício do direito de ação é matéria de ordem pública, e como tal, pode ser apreciado e reapreciado pelo magistrado a qualquer tempo, inclusive de ofício. Nesse caso, o Tribunal não pode reapreciar a matéria, eis que não houve exame do mérito, sob pena de supressão de instância, o que é vedado pelo nosso ordenamento processual.
- (E) negar provimento ao apelo, pois o exame das condições para o regular exercício do direito de ação é matéria de ordem pública, e como tal, pode ser apreciado e reapreciado pelo magistrado a qualquer tempo, inclusive de ofício. Neste caso, se o Tribunal concluir que está ausente uma das condições, deve proferir Acórdão terminativo, mantendo a sentença.

77

Acerca da ação declaratória incidental, prevista no art. 325 do CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível em todos os procedimentos, salvo no sumaríssimo, perante os Juizados Especiais.
- (B) Ao receber o pedido da declaração incidente, o juiz deve citar a parte contrária, tal qual ocorre na reconvenção.
- (C) Tem como finalidade requerer ao juiz a decisão sobre uma questão prejudicial, que deverá constar do dispositivo da sentença.
- (D) É providência exclusiva do autor.
- (E) Só pode ser requerida após o despacho saneador.

78

Com o advento da Lei nº 11.441/07, ganhou força no Brasil o movimento da desjudicialização, desonerando o Poder Judiciário de providências simples, de natureza não contenciosa e que antes demandavam uma tramitação burocrática e desnecessária. Com a referida Lei, foi inserido o art. 1124-A no Código de Processo Civil, possibilitando a obtenção da separação e do divórcio pela via extrajudicial, mediante escritura pública, observados certos requisitos legais. Nessa perspectiva, assinale a alternativa que corresponde a assertiva correta.

- (A) No momento do requerimento extrajudicial, o casal deve comprovar estar separado de fato há pelo menos dois anos.
- (B) Há necessidade de obter o parecer favorável do Ministério Público antes de ser lavrada a escritura.
- (C) Após ser lavrada, a escritura necessita ser homologada pelo Juiz para que possa produzir seus efeitos.
- (D) A escritura é título hábil para o registro civil e o registro de imóveis.
- (E) É necessária a presença de advogado ou defensor público para que a escritura seja lavrada. Contudo, tal requisito pode ser dispensado, com o consentimento das partes, desde que os interessados demonstrem pleno conhecimento do ato e o tabelião não tenha dúvidas de que a vontade de ambos é manifestada de forma livre.

79

O réu, ao responder aos termos da petição inicial do autor, antes de ingressar na defesa de mérito, deve elencar todas as defesas processuais cabíveis. Tais matérias são deduzidas como preliminares na contestação, na forma do art. 301 do CPC. Como regra, as preliminares, se recebidas pelo magistrado, levam à extinção do processo sem resolução de mérito, observadas as hipóteses do art. 267 do CPC. Contudo, em hipóteses excepcionais, é possível que uma questão preliminar, acolhida, não produza tal efeito. Tal situação se dará quando for alegada

- (A) perempção.
- (B) incompetência absoluta.
- (C) litispendência.
- (D) convenção de arbitragem.
- (E) carência de ação.

80

De acordo com as regras gerais do CPC, durante as férias os autos não são processados, salvo as hipóteses expressamente ressalvadas pelo art. 174. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma dessas hipóteses:

- (A) Atos de jurisdição voluntária.
- (B) Atos necessários à conservação de direitos, quando possam ser prejudicados pelo adiamento.
- (C) Causas de alimentos provisionais.
- (D) Causas que tramitem pelo procedimento sumário.
- (E) Causas nas quais se discuta direito indisponível.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Direito Civil, Processual Civil e Agrário do Tipo 1 (Branco – 05M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.